



Movimento

ISSN: 0104-754X

stigger@adufrgs.ufrgs.br

Escola de Educação Física

Brasil

Cabrera Calheiros, Vicente; da Silva Souza, Maristela
A EDUCAÇÃO DO MST E A RELAÇÃO COM O ESTADO: ANÁLISE A PARTIR DA
AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA NOVA SOCIEDADE

Movimento, vol. 21, núm. 2, abril-junio, 2015, pp. 533-544

Escola de Educação Física
Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115339561018>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A EDUCAÇÃO DO MST E A RELAÇÃO COM O ESTADO: ANÁLISE A PARTIR DA AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA NOVA SOCIEDADE

MST EDUCATION AND ITS RELATIONSHIP WITH THE STATE: AN ANALYSIS BASED ON EVALUATION IN PHYSICAL EDUCATION AT THE NOVA SOCIEDADE SCHOOL

LA EDUCACIÓN DEL MST Y LA RELACIÓN CON EL ESTADO: ANÁLISIS A PARTIR DE LA EVALUACIÓN EN EDUCACIÓN FÍSICA EN LA ESCUELA NOVA SOCIEDADE

Vicente Cabrera Calheiros*, Maristela da Silva Souza *

Palavras-chave
Avaliação.
Educação.
Assentamentos rurais.
Políticas públicas.

Resumo: Este ensaio tem por objetivo discutir as mediações entre as formulações teóricas do MST, no campo educacional, a partir do embate existente entre a Escola Nova Sociedade e as normativas burocráticas do Estado do RS. Delimitamos as formulações que versam sobre a categoria “avaliação” no trabalho pedagógico da área da Educação Física. Frente à análise de documentos, percebemos que as orientações estatais modulam os demais elementos, e, embora exista resistência por parte do MST, no que se refere à área da Educação Física não visualizamos uma aproximação significativa entre a área e os princípios do MST.

Keywords:
Evaluation.
Education.
Rural settlements.
Public policies.

Abstract: This essay aims to discuss mediations between MST's theoretical formulations in the educational field from the existing clash between the Nova Sociedade School and bureaucratic regulations of the State of Rio Grande do Sul. We chose formulations that deal with the category "evaluation" in pedagogical work in Physical Education. After document analysis, we found that the State guidelines modulate the other elements and, while there is resistance at the MST, we saw no significant approximation between the area and the Movement's principles with regard to Physical Education.

Palabras clave
Evaluación.
Educación.
Asentamientos rurales.
Políticas públicas.

Resumen: Este ensayo tiene como objetivo discutir las mediaciones entre las formulaciones teóricas del MST en el campo educativo, a partir del embate existente entre la Escuela Nova Sociedad y las normas burocráticas del Estado de Rio Grande do Sul. Delimitamos las formulaciones relacionadas con la categoría “evaluación” en el trabajo pedagógico en el área de Educación Física. En el análisis de los documentos percibimos que las directrices estatales modulan el resto de los elementos y, aunque hay resistencia por parte del MST, en lo relativo al área de la Educación Física no visualizamos una aproximación significativa entre el área y los principios del MST.

*Universidade Federal de Santa Maria.
Santa Maria, RS, Brasil.
E-mail: vicocalheiros@gmail.com

Recebido em: 02-06-2014

Aprovado em: 08-04-2015

 Licence
Creative Commons

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é discutir mediações entre as formulações construídas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no campo educacional, especificamente a respeito da categoria “avaliação”, a partir do embate existente entre a Escola Nova Sociedade e as normativas burocráticas do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Selecionamos esta escola em função do seu compromisso político com os Princípios da Educação do MST. Mesmo sendo uma escola estadual¹, busca contrapor a perspectiva da Educação Rural fazendo a defesa do Projeto da Educação do Campo². A relação que se estabelece entre esses projetos é contraditória e centraliza distintas posições de classe.

Analisamos as questões que se estabelecem na organização do trabalho pedagógico³ no âmbito do Projeto Político Pedagógico (PPP) da referida escola, a partir da categoria “avaliação” e em específico a avaliação no trabalho pedagógico da área da Educação Física. A pesquisa se constituiu de análise documental de cujo conteúdo foram focalizados quatro objetos, sendo eles: a) os materiais do MST; b) o PPP da Escola; c) o trabalho pedagógico da Educação Física na Escola e; d) a relação da Escola com o Estado. Os resultados da análise têm como fim compreender quais os elementos que determinam a forma⁴ de avaliação na escola pesquisada.

2 A EDUCAÇÃO E A ESCOLA PARA O MST: BREVES APONTAMENTOS

Apresentamos alguns elementos a respeito do projeto de educação e da escola do MST. Concordamos com Dalmagro (2011) quando diz que não podemos compreender a escola no MST sem entender o próprio MST, sua natureza e objetivos, sua história. Assim, realizaremos esse movimento para que possamos demonstrar a relação existente entre as formulações teóricas e a organização do trabalho pedagógico da Escola Nova Sociedade.

O entendimento do MST a respeito de educação e escola não é estanque, e se constrói a partir dos determinantes históricos, pelo enfrentamento cotidiano no sentido da luta pela conquista e posteriormente pela manutenção dos seus direitos. Até mesmo a sistematização desses princípios não surgiu de um dia para outro; ao contrário, ela é resultado de dedicação, estudo e construção coletiva de seus militantes.

Nesse caminhar da educação dentro do MST muitas experiências novas estão sendo desenvolvidas. Enfrentando as dificuldades com criatividade e disposição, estamos construindo um novo jeito de educar e um novo tipo de escola [...]. Uma escola que tem como objetivo um novo homem e uma nova mulher, para uma nova sociedade e um novo mundo (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1996, p. 31).

A escola para o Movimento é um “polo” de grande importância para a concretização da sua política. A formação educacional e política se faz neste local e em todos os espaços

1 A escola está localizada no assentamento Itapuã, no município de Nova Santa Rita (RS).

2 O embate entre o projeto de Educação Rural e da Educação do Campo, segundo Caldart (2012), nasceu da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998. Passou a ser chamada de Educação do Campo após os debates ocorridos no Seminário Nacional, em 2002. Tal discussão compreende outros movimentos sociais, muito além do MST; porém, este movimento tem destacada importância na construção deste projeto.

3 Compreendemos a organização do trabalho pedagógico a partir dos estudos de FREITAS (1995), ESCOBAR (1997), FRIZZO (2012), dentre outros.

4 Compreendemos, a partir de FREITAS (2003), que a forma da avaliação é o reflexo da forma da Escola.

pedagógicos em torno do MST. Olhemos para essa questão por um instante. O Movimento tem uma pedagogia, e esta é “[...] o jeito através do qual o Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome Sem Terra, e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999, p. 5). A respeito dessa questão, Caldart diz que a pedagogia do MST “[...] afirma os movimentos sociais como um lugar, ou um modo específico, de formação dos sujeitos sociais coletivos que pode ser compreendida como um processo intensivo e historicamente determinado de formação humana” (CALDART, 2012, p. 546).

A escola do MST é uma escola do campo que está vinculada a um movimento social que constrói a luta pela reforma agrária. Ela é uma escola pública que busca estabelecer uma íntima relação com a comunidade na sua gestão, sendo orientada pela Pedagogia do Movimento. É uma escola que leva em conta o conjunto das dimensões da formação humana e dessa forma ela humaniza quem dela faz parte (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999). Essa relação é possível pelo fato de colocarem o ser humano como centro, como um ser em construção. Ela não constrói uma relação na qual os educandos se tornam mercadoria a ser vendida no mercado de trabalho, visto constituir-se num contraponto à escola capitalista. Para que essa afirmação encontre fundamento na realidade, afirmam a importância de educadores(as) cultivarem, em si e nos educandos, a sensibilidade e os valores humanos em sintonia com o projeto histórico socialista (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999). Segundo Dalmagro (2011, p. 51) a “[...] escola, queira ou não, formará para algum padrão produtivo; o que o MST propõe é que ela auxilie na superação da forma de produção capitalista e artesanal, rumo à produção e socialização coletiva da riqueza”.

A Escola Nova Sociedade, localizada no Assentamento Itapuí, conquistada através de ampla mobilização camponesa, está alocada nesta perspectiva e sente as barreiras postas pela burocracia estatal quando busca construir, para além do discurso, um projeto de educação que tenha como horizonte histórico a superação do modo de produção capitalista.

3 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA

Segundo Rosa (2005), a proposta pedagógica da Escola Nova Sociedade estrutura-se a partir dos princípios do Movimento⁵, alicerçada pelas discussões sobre educação realizadas pela comunidade escolar desde o início do assentamento, assim como pelos subsídios orientados pelo Setor de Educação do MST e pela articulação nacional por uma educação básica do campo, garantindo a identidade Sem Terra. A proposta não está concluída; ao contrário, está sempre em movimento, é um constante processo e nunca um fim em si mesmo.

A fim de se contrapor à visão de educação que se pauta na formação de indivíduos com as competências necessárias ao atendimento das demandas do capital, os objetivos geral

⁵ Estão estruturados em princípios filosóficos (concepção de mundo) e pedagógicos (caminho para a concretização desta concepção). Não os discutiremos nesse momento; entretanto, sentimos a necessidade de apresentá-los: Princípios filosóficos; 1. Educação para a transformação social. A. Educação de classe; B. Educação massiva; C. Educação organicamente vinculada ao Movimento Social; D. Educação aberta para o mundo; E. Educação para a ação; F. Educação aberta para o novo. 2. Educação para o trabalho e a cooperação. 3. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana. 4. Educação com/para valores humanistas e socialistas. 5. Educação como um processo permanente de formação e transformação humana. Princípios pedagógicos; 1. Relação entre prática e teoria. 2. Combinção metodológica entre processos de ensino e de capacitação. 3. Realidade como base de produção do conhecimento. 4. Conteúdos formativos socialmente úteis. 5. Educação para o trabalho e pelo trabalho. 6. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos. 7. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos. 8. Vínculo orgânico entre educação e cultura. 9. Gestão democrática. A. Direção coletiva; B. Participação de todos os envolvidos no processo de gestão. 10. Auto-organização dos/as estudantes. 11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/as. 12. Atitude e habilidades de pesquisa. 13. Combinção entre processos pedagógicos coletivos e individuais (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005, p. 161-171).

e específico reúnem a importância de desenvolver uma proposta educativa que oportunize ao educando uma educação integral, possibilitando o acesso à aprendizagem para a formação de cidadãos participativos, construtivos, responsáveis e comprometidos com a realidade da comunidade, a fim de promover a valorização do ser humano (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2012).

O Marco teórico-metodológico apresenta um pequeno parágrafo no qual os autores discutem a questão da autoavaliação (item 3.3), da seguinte forma:

A avaliação e a auto avaliação de educadores e educandos é um processo fundamental na escola, sendo trabalhado de maneira coletiva e integrado; motivando e incentivando a todos no sentido de que “sejam capazes de desenvolver o imaginário dando a condição ao ser humano de olhar e perceber o invisível (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2012, p. 07.

O quarto tópico do PPP, que versa sobre os princípios e diretrizes, interessa-nos de forma determinante, pois é nele que são abordadas as questões específicas da avaliação na relação educador-educando. Após trazerem um texto no qual aprofundam a compreensão do processo educativo, apontam vinte e oito princípios e diretrizes⁶ que devem ser incorporados ao movimento organizativo da escola. Desses pontos, apenas um diz respeito à avaliação formal (provas, trabalhos e afins); os demais se colocam no campo informal, focalizando atitudes e valores dos educandos. Não há referência ao processo de avaliação sistematizado nos princípios do Movimento, também não consta nenhuma orientação em relação à autoavaliação dos educadores, nem do interessante processo de avaliação da escola pelo assentamento, nem do assentamento pela escola. Referente ao processo de autoavaliação, a única vez que este termo aparece no documento é a que consta no parágrafo acima, sendo uma discussão que carece de maior atenção pelo coletivo de trabalhadores da Escola.

Finalizando o tópico sobre o PPP, aparece ainda outro elemento a respeito da avaliação, do qual trataremos no próximo item.

4 A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO NOS MATERIAIS DO MOVIMENTO, NO PPP DA ESCOLA, NO PLANEJAMENTO DA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E NA RELAÇÃO COM O ESTADO

4.1 A avaliação nos materiais do movimento

ao nos debruçarmos sobre os materiais construídos pelo Setor de Educação, percebemos sua preocupação em estabelecer os pontos centrais que fundamentam uma linha política para a construção, nas diversas escolas presentes nos diferentes assentamentos pelo Brasil, de uma avaliação que faça com que o processo educacional se expanda, ao invés de construir relações de competição, seleção, hierarquização, exclusão, entre outros valores⁷. Não encontramos uma orientação fixa, pelo que entendemos ser correto, dadas as distintas realidades que se fazem presentes nos acampamentos e assentamentos.

Para alcançarem esta concepção, em primeiro lugar foi necessário se contrapor ao modelo hegemônico de sociedade, educação e escola para que, assim, tivessem construído

⁶ De modo geral, estes princípios e diretrizes se destinam a regular a conduta dos educandos no interior da escola.

⁷ Como demonstram os estudos de FREITAS (1995, 2003), ESCOBAR (1997), SILVA (2010), dentre outros.

seus critérios para alicerçar sua concepção destes mesmos pontos. No texto referente à avaliação, muitos foram seus questionamentos: “O que avaliar?”, “Quando avaliar?”, “Como avaliar?”, “Quem deve avaliar?” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005). Com relação à concepção de avaliação, entende-se que esta é uma prática coletiva e que:

Só a prova não chega. É preciso avaliar a participação dos alunos na organização e no trabalho. É preciso avaliar a convivência dos alunos com os outros alunos e dos professores com os alunos. Os alunos devem avaliar-se a si mesmos, aos colegas e aos professores. Os professores devem avaliar-se e avaliar os alunos. O assentamento deve avaliar a Escola. A Escola deve junto avaliar o conjunto do assentamento. Só assim haverá um avanço coletivo e pessoal de todos e de cada um (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005, p. 36).

Entendem que a avaliação deve ser feita no intuito de superar os problemas encontrados e atingir os objetivos estipulados. Nessa perspectiva ela deve acontecer em vários momentos do processo educativo, e todas as atividades realizadas na escola devem ser consideradas no momento da avaliação. A construção dos critérios para a avaliação, como os elementos a serem levados em conta no ato avaliativo, é crucial para a qualidade do processo. Apontam que este processo deve ser coletivo e democrático, assim como deve ser muito bem planejada a forma de divulgação dos resultados para não se tornar um fator de exposição dos educandos⁸ (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005, p. 147).

Buscando ser uma escola diferente, defendem que a avaliação é a garantia do avanço dessa proposta, pois através dela é que terão condições de superar as falhas e construir alternativas para resolverem os problemas que surgem com a prática.

Na escola tradicional, o momento de avaliação é muito simples: o professor aplica uma prova para os alunos, registra a nota no caderno, e está pronta a avaliação. Em muitas escolas que se pretendem progressistas, encontrou-se um caminho também bastante simples para romper com a avaliação da escola tradicional: deixar de fazer provas. Cada aluno se dá uma nota ou o professor inventa uma nota para cada um, alegando que a nota não é o mais importante. O que acontece tanto num caso como no outro, é que não se faz de fato uma avaliação; confunde-se avaliação com nota, que é apenas um registro no papel do resultado e que é a última coisa que deve acontecer num processo de avaliação (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1992, p. 65).

Compreendem que existe uma relação entre as categorias “objetivo” e “avaliação”, dando grande destaque a este processo e não apenas ao resultado. Esse entendimento se reflete no método com que trabalham, cabendo não apenas a decisão a respeito dos procedimentos específicos de avaliação dos educandos, mas “também prever como será feita e em que momento a avaliação sobre o desenvolvimento do tema e em que medida os objetivos estão sendo atingidos e como podem ser qualificados” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005, p.124). Outra questão fundamental é o diálogo entre os educadores, para que possam construir uma avaliação rigorosa de todo o processo, ou seja, questionando os pontos positivos e negativos, para que o próximo plano conte com as lições aprendidas na prática do exercício pedagógico.

Orientam a construção de um roteiro com uma proposta de avaliação, devendo ser preparado no momento da elaboração do plano global da escola. Entendemos ser possível

8 Para mais informações a respeito das relações que se estabelecem na divulgação das notas ver: FERNANDES; FREITAS, 2007.

relacionar este plano com o PPP. Nesse quesito, trazem quatro pontos (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005) que devem ser contemplados, quais sejam: 1) avaliação dos alunos – definir os critérios e os instrumentos comuns a serem seguidos pelos professores e etc.; 2) avaliação dos professores e demais trabalhadores da escola; 3) avaliação do desenvolvimento deste plano e; 4) avaliação do funcionamento da equipe de educação.

Em linhas gerais, expomos a importância da avaliação conferida pelo Movimento que busca afirmar, nas suas formulações, uma íntima relação entre a escola e as famílias assentadas, para que o assentamento entre na escola, e a escola entre no assentamento.

4.2 A avaliação no PPP da Escola Nova Sociedade

a partir da exposição dos objetivos (geral e específico), das finalidades na formação dos educandos e educadores – na luta em construção por um novo projeto de sociedade –, apontam no quarto item do PPP, sobre os princípios e diretrizes, apenas um tópico, dos vinte e oito, que trata da avaliação: “[...] 27) Os estudantes são avaliados de forma diferenciada, respeitando tempos e ritmos de aprendizagem. A criança e/ou adolescente é avaliado como parâmetro de si mesmo, ou seja, a partir dos conhecimentos que já construiu de forma individual” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2012, p.15).

Em relação ao campo informal, no tocante à normatização do comportamento, dos valores e atitudes dos educandos, verificamos os seguintes pontos que também se encontram dentre os 28 princípios e diretrizes. Os apresentaremos na ordem numérica que consta no PPP (2012, p. 17)

5) Caso o estudante apresente atitudes inadequadas ao recinto escolar, ferindo os princípios de convivência, as relações e respeito ao indivíduo ou ao coletivo, ele será encaminhado à Direção onde será registrado em ata o caso em acontecimento e o estudante assinará o compromisso da busca na construção de respeito e solidariedade em sua relação com o meio escolar.

7) As atitudes inadequadas ao convívio escolar serão avaliadas mediante o contexto do fato ocorrido. Seja ela de violência (física ou verbal), apropriação indevida de objetos, falsificação de documentos ou assinaturas e ainda faltas à aula propositalmente mantendo a permanência nas imediações da escola será solicitada a presença dos pais. Esgotadas as tentativas de solução do problema por meio de todos os processos internos e consequências em quebrar as regras da escola, esta buscará meios legais para a solução (Conselho Tutelar). Não resolvido o problema por força da parte discente, o educando será convidado a procurar outro estabelecimento de ensino.

9) Após três dias de atraso, sem justificativa coerente, será enviado bilhete à família alertando para o fato. Em caso de voltar a acontecer a família será convidada a comparecer à escola.

21) Não é permitido o uso de (blusa) top, barriga de fora, bermudas curtas, minissaia, short e roupas decotadas⁹.

Importante pontuar que, no sexto ponto, que trata da organização curricular, há um tópico que versa a respeito da avaliação da seguinte forma (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2012, p.18): e) “A avaliação da Escola nas modalidades de ensino fundamental e EJA são feitas de forma periódica através de pareceres descritivos, trimestralmente. E na modalidade de Ensino Médio é realizada através de trabalhos e provas, sintetizados por nota trimestral.”

⁹ Não pretendemos tratar dessa temática neste estudo, mas apontamos como um dos elementos que necessitam ser mais bem discutidos no PPP da escola, pois, em uma primeira análise, essa questão coloca o movimento em certa contradição, uma vez que o mesmo se expressa enquanto luta pela igualdade de gênero.

4.3 A avaliação no planejamento da área da Educação Física

reproduziremos aqui parte do planejamento de 2007 para a área da Educação Física, que nos foi cedido pela secretaria da escola, sendo que existe outro planejamento, datado de 2010. Entretanto, neste segundo documento constam menos informações a respeito do que estamos tratando neste texto, da mesma forma que não existem divergências entre ambos.

Em relação aos objetivos específicos para a oitava série¹⁰, o documento aponta o seguinte:

I – CONCEPÇÃO DA ÁREA: Vinculada aos princípios filosóficos e pedagógicos da proposta de educação do MST e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O objeto de estudo e atuação da área é a cultura corporal do movimento. Implica em fazer, compreender, transformar, criar e valorizar o movimento humano (ESCOLA NOVA SOCIEDADE, 2007, p. 2).

II – OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA: Instrumentalizar o aluno para que, ao final do curso (séries de escolarização), com autonomia, ele possa:

- Identificar os benefícios de um estilo de vida ativo; 2) Participar de atividades físicas para desenvolver capacidades físicas e motoras; 3) Demonstrar disposição de participar numa variedade de atividades físicas em várias manifestações da cultura de movimento; 4) Identificar e explicar os efeitos dos exercícios físicos no corpo; 5) Selecionar atividades físicas adequadas que promovam o desenvolvimento pessoal de capacidades físicas e motoras e um estilo de vida ativo; 6) Transmitir sessões de atividades físicas; 7) Criar e executar exercícios e jogos educativos que desenvolvam os fundamentos das diferentes modalidades esportivas; 8) Criação e execução e exercícios de jogos estratégicos de ataque e defesa das diferentes modalidades esportivas; 9) Prática de atividades esportivas; 10) Prática de arbitragem; 11) Estabelecer e modificar metas pessoais para o desenvolvimento de capacidades físicas e motoras; 12) Prática de atividades recreativas; 13) Melhorar aptidão física (ESCOLA NOVA SOCIEDADE, 2007, p. 5).

Apresenta também objetivos específicos compatíveis a todas as séries:

- Demonstrar autoconfiança quando participar de atividades físicas; 2) Identificar, descrever e seguir regras, rotinas e procedimentos de segurança em uma variedade de atividades de jogos, ginástica, dança, lutas e esportes; 3) Demonstrar comportamento de respeito por suas características físicas e de desempenho, bem como de seus colegas; 4) Demonstrar comportamento social adequado quando trabalhar cooperativamente em grupo; 5) Selecionar e assumir responsabilidades para desempenhar papéis quando participar de atividades físicas; 6) Demonstrar liderança e organização quando participar de atividades físicas; 7) Valorizar o papel que a atividade física regular desempenha na busca por melhor qualidade de vida e bem-estar geral (ESCOLA NOVA SOCIEDADE, 2007, p.7).

Voltando ao planejamento, em relação à oitava série, o documento apresenta os seguintes tópicos a serem trabalhados:

- Rotinas de aquecimento e formação corporal; 2) Vivências para desenvolver força, resistência muscular e cardiorrespiratória, flexibilidade, alongamento, velocidade, agilidade, equilíbrio, potência; 3) Posições do corpo quanto à direção (frente, atrás, lateral, direita, esquerda), níveis (baixo, alto, médio), intensidade (forte, fraco, moderado, livres), duração (cálculo de tempo), relação (com ou sem material; com ou sem companheiro); 4) Efeitos no corpo; 5) Noções de treinamento;

10 Como não tivemos condições de expor todo o conteúdo do planejamento, optamos por utilizar apenas o que consta para a oitava série do ensino fundamental. (N.P.)

6) Vivência do jogo; 7) Funções no jogo; 8) A necessidade de cooperação no jogo; 9) A resolução de conflitos no jogo; 10) A convivência com os diferentes níveis de desempenho alcançados por si e pelos outros; 11) Exercícios educativos fundamentais: Futebol (passe, chute, domínio, condução, cabeceio), Andebol (passe, drible e arremesso) Sistema 6:0, Sistema 5:1, Basquetebol (passe, drible, arremesso), Sistemas ataque e defesa, Voleibol (saque, recepção, passe de toque e de manchete, levantamento, cortada, bloqueio, cobertura, libero), Sistema simples 6:0, Sistema simples 5:1, Sistema simples 4:2; 12) Arbitragem e regras; 13) Desafios e metas; 14) Jogos recreativos; 15) Jogos livres (ESCOLA NOVA SOCIEDADE, 2007, p. 9).

Em relação à metodologia e à avaliação, não há distinção entre as diferentes séries. Apresenta, respectivamente, a seguinte sistematização:

Metodologia:

- Ensino por tarefas; 2) De forma individual; 3) Em pequenos grupos; 4) De forma coletiva; 5) Descoberta orientada; 6) Sob comando; 7) Em forma de exploração (investigação) e criação; 8) De forma recreativa; 9) Em forma de minijogos; 10) De forma jogada; 11) Ensino de forma crítico-superadora; 12) Vivências corporais; 13) De forma ilustrada (ESCOLA NOVA SOCIEDADE, 2007, p. 10).

Avaliação:

- Da aptidão física (evolução) através de três provas físicas durante o ano; 2) Da evolução das habilidades esportivas; 3) Prova escrita para avaliar o domínio cognitivo – um por trimestre; 4) Relatórios individuais e em grupos; 5) Atitudinal (qual o esforço do aluno e; ou dos alunos e seu envolvimento na tentativa de solucionar e superar problemas oriundos das relações interpessoais e/ou de dinâmica do(s) jogo(s) proposto(s) (ESCOLA NOVA SOCIEDADE, 2007, p. 13).

Quadro 1 – Ficha de desempenho

	Sempre	Frequentemente	Raramente	Nunca
Responsabilidade				
Autocontrole/respeito				
Envolvimento				
Autonomia				
Trabalho em equipe				

Fonte: Quadro extraído do documento de Planejamento da disciplina de Educação Física, para o ano de 2007.

Autoavaliação

Outras informações constam no planejamento do ano de 2007, mas não as apresentaremos por não serem centrais para nossa pesquisa.

4.4 A avaliação e a relação com o Estado

a partir das normativas burocráticas estipuladas pela Secretaria de Educação, percebemos uma forte inserção na organização do trabalho pedagógico da escola, assim como ocorre nas demais escolas estaduais. No campo da avaliação isso se manifesta de modo

determinante frente a tais normativas. A organização do processo avaliativo não difere das demais escolas, em nosso entendimento, até mesmo das escolas ditas capitalistas.

Ao examinarmos o planejamento acima exposto, não visualizamos referências ao acúmulo teórico construído pelo Movimento; entre outros motivos, por constar que a avaliação é feita utilizando provas físicas e escritas (teóricas) ao longo do processo letivo. Fica marcada neste documento a cobrança para as questões atitudinais no tocante às resoluções de conflitos entre os estudantes. Com isso, parece-nos que a burocracia estatal consegue sufocar a inserção política das orientações do MST na escola, pressionando para que entreguem a documentação necessária em tempo hábil sem que, com isso, possam dispor do tempo necessário para que exista(m) a(s) condição(ões) de construção de um processo avaliativo que tenha acordo e proximidade com a política do Movimento, assim como o que consta no PPP.

Outro ponto que fortalece essa relação se dá no fato de os professores que trabalham na escola, ou sendo concursados ou com contrato temporário, são nomeados a partir de processo público organizado pela Secretaria de Educação. Em outras palavras, esses professores não têm o compromisso de se orientarem pelo acúmulo do Movimento, podendo gerar um quadro de distanciamento político, em que o professor aja como reproduutor da organização do trabalho pedagógico de uma escola capitalista¹¹. Cabe pontuar que as normativas estatais são as mesmas para o conjunto das escolas estaduais; então, independentemente da posição política adotada pela escola, ela responde ao mesmo governo sob o qual estão todas as demais.

Inferimos que o Movimento busca construir processos de formação continuada desses professores; entretanto, a Secretaria de Educação também oferece espaços similares e, por enquanto, estes têm maior adesão, e, possivelmente também, maior impacto político por se tratar do discurso hegemônico para o conjunto dos professores.

Voltando para as questões pertinentes à avaliação, no ensino fundamental a organização se dá de forma individualizada. Cada educador constrói um conceito (satisfatório, não satisfatório ou plenamente satisfatório) e um parecer descriptivo com as informações sobre o rendimento do aluno e com sugestões para o próximo semestre.

No ensino médio, a partir das orientações burocráticas do Estado, o processo avaliativo é construído inicialmente de modo individual; em seguida, os professores que compõem uma mesma área (linguagens, lógico-matemático, ciências naturais, ciências humanas) fazem uma reunião e discutem as notas para cada estudante. Assim, a avaliação final aparece após consenso dos professores acerca de cada um dos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES

A partir da exposição de todos esses elementos, buscamos uma aproximação teórica entre os documentos do MST e os da escola com as normativas burocráticas do Estado do RS. Para nossa pesquisa, está claro o entendimento a respeito do papel da educação e da escola no modo de produção capitalista. Na contrapartida, entendemos o que faz com que o MST apresente condições, inicialmente teóricas, que se contrapõem aos interesses

11 Por escola capitalista entendemos, segundo CAMINI (2009) e FRIZZO (2012), como sendo aquela na qual não se contrapõem os objetivos de reprodução do capital.

do capital. Dessa forma fazem a defesa da Educação do Campo¹² enquanto contraponto à Educação Rural.

Ao depararmos com o PPP da escola, conseguimos enxergar proximidades e distanciamentos com os princípios filosóficos e pedagógicos do MST, assim como proximidades e distanciamentos com princípios do Estado burguês. Em linhas gerais, a aproximação com o Movimento é teórica e a aproximação com o Estado é prática, ou seja, mesmo que busquem alcançar as formulações teóricas que se contrapõem ao projeto do capital, na tradução desse acúmulo para a organização do trabalho pedagógico na Escola, ainda não conseguiram concretizá-las totalmente, pois, dentro da institucionalidade burguesa, os espaços para a construção de uma luta contra-hegemônica se mostram menores, a cada dia.

Podemos ver, nessa relação no movimento de construção do PPP, o momento em que aparece a relação de aproximação teórica e distanciamento prático da escola com o MST e o Estado, respectivamente. Isso se concretiza no momento em que o aceite frente à aprovação ou reprovação do documento se dá pela Secretaria de Educação, que, repetidas vezes, ao não concordar com alguma questão específica (seja de conteúdo ou forma do texto), retorna para a escola para que façam as adequações exigidas.

Podemos portanto concluir que, pelo pouco que tivemos, aqui, condições de expor acerca dos elementos do PPP, foi possível perceber, ao longo deste documento, que as adequações às orientações estatais se fazem presentes para além da sua forma. Villas Boas (1993) aponta que os horários, as disciplinas, período para aplicação de provas e entrega dos resultados, reuniões, festividades, dentre os demais elementos que permeiam o campo escolar, estão acima das “vontades” dos professores, que acabam tendo que organizar seu trabalho segundo tais normas desde há muito já estabelecidas.

Outro ponto a ser levantado a respeito do PPP na sua relação com a avaliação é o forte caráter comportamental¹³ dado a esse processo. Esse aspecto expressa as relações de poder nas salas de aula, e a avaliação se caracteriza como potente instrumento de poder nas mãos dos professores, pelo qual este avalia o aluno por seu comportamento em sala de aula, e constrói a nota a partir de sua instrução. É, portanto, o espaço no qual o professor reproduz as relações de hierarquia existentes na sociedade. Nesse processo, a avaliação reflete a forma da escola que, por sua vez, reflete as relações sociais.

De acordo com o planejamento do professor de Educação Física na sua relação com o PPP percebemos certa adequação ao movimento do capital, visto não haver neste documento uma formulação clara a respeito de tal temática. Não fica clara a relação estabelecida entre os objetivos e a avaliação, o que nos leva a entender que não há, de fato, ligação entre ambas as categorias, da mesma forma que não visualizamos uma aproximação entre os princípios do MST com os objetivos e a avaliação, assim como com os conteúdos e o método expostos. Por exemplo, no PPP consta que a formação se dará levando em conta todas as dimensões do ser humano, assim como consta nos materiais do Movimento; entretanto, no planejamento constam objetivos e conteúdos voltados centralmente para as questões ligadas ao desenvolvimento da aptidão física, o

¹² A forma como realizam a defesa deste projeto se concretiza, não sem contradições, na construção dos princípios filosóficos e pedagógicos (anteriormente citados) e, além disso, na construção das escolas em assentamentos e acampamentos. Na relação com os demais movimentos sociais, a defesa se apresenta nas articulações feitas a partir de seminários, encontros, manifestações, entre outros.

¹³ A avaliação delimita os aspectos instrucional, comportamental e hábitos e valores. Mais informações em FREITAS, 2003.

que vem contrariar a perspectiva apontada neste mesmo documento, segundo o qual a metodologia de ensino se desenvolve na perspectiva crítico-superadora. No que se refere à avaliação o foco se coloca, centralmente, nas questões ligadas ao desenvolvimento da aptidão física voltada ao campo esportivo. Esse caráter se mostra com maior intensidade frente ao campo cognitivo, e não alcança a formulação construída pela concepção crítico-superadora (SOARES *et al.*, 1992)¹⁴.

A partir deste estudo, é possível ver que a necessidade de estudo deste debate, existente no campo da Educação Física, tem se mostrado de fundamental importância, de modo que se expresse na construção de um planejamento que oriente o caminho a ser percorrido para que o professor possa alcançar, cada vez mais, o acúmulo teórico do MST.

Por fim, afirmamos que a construção deste projeto de educação pelo Movimento é a realização da luta contra um projeto de educação centrado em descaso e abandono e, por maiores que sejam as contradições desse caminho, nós o enxergamos necessário para o avanço do processo de edificação de outra educação e de outra escola. Salientamos também que as dificuldades encontradas pelo professor de Educação Física não se resumem nele: são maiores e mais fortes do que um trabalhador analisado individualmente. De forma alguma estamos desqualificando seu trabalho, já que isto seria um forte descompromisso metodológico, pois entendemos que o conjunto das condições de trabalho no âmbito escolar, por exemplo, influenciam o movimento de organização do trabalho pedagógico. Dessa forma, acreditamos existir interesse na resistência política por parte da área da Educação Física em relação ao avanço do capital na Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 546-553.

CAMINI, Isabela. **Escola itinerante**: na fronteira de uma nova escola. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

DALMAGRO, Sandra Luciana. A escola no contexto das lutas do MST. In: Célia VENDRAMINI, Célia; MACHADO, Ilma Ferreira (Org.). **Escola e movimento social**: experiências em curso no campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 43-77.

ESCOBAR, M. O. **Transformação da didática**: construção da teoria pedagógica como categorias da prática: experiência na disciplina escolar educação física. 1997. 196 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NOVA SOCIEDADE. Planejamento da Disciplina de Educação Física. 2007.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. Currículo e avaliação. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise ; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Org.). **Indagações sobre currículo**: currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 17-43.

¹⁴ Embora não exista uma forma fechada de construção do processo avaliativo nessa perspectiva, percebemos que não existe uma aproximação entre ambos os processos. Da mesma forma, compreendemos que tal perspectiva estabelece fortes relações com os princípios filosóficos e pedagógicos do MST.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos, seriação e avaliação:** confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

FRIZZO, Giovanni Felipe Ernest. **A organização do trabalho pedagógico na escola capitalista.** 2012. 264 p. Tese (Doutorado) - Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Como fazemos a escola de educação fundamental. **Caderno de Educação**, n.º 9, 1999. Disponível em:< [http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/CE%20\(9\).pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/CE%20(9).pdf)>. Acesso em: 2 jan. 2014.

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO MST. In: **Caderno de Educação**, n.º 8. São Paulo, 1996. Disponível em: < <http://pt.slideshare.net/IgorBulhes/caderno-educao-mst>>. Acesso em: 7 mar. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Político Pedagógico.** Escola Estadual de Ensino Fundamental Nova Sociedade. 2012.

ROSA, Elaine da. **Vivências e relações sociais dos sujeitos:** um componente curricular a ser valorizado na escola do campo. Monografia (Especialização), UNB, Faculdade de Educação, 2005.

SILVA, Alcir Horácio da. **A organização do trabalho pedagógico e a avaliação da aprendizagem na educação física no Colégio de Aplicação da UFG [recurso eletrônico],** 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14576/1/Alcir%20Horacio%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2014.

SOARES, Carmem Lúcia et al. **Metodologia do ensino de educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **As práticas avaliativas e a organização do trabalho pedagógico.** 420p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.